

INTERVENÇÃO PRECOCE NO BRASIL E A PRÁTICA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS*

Early intervention in Brazil and the practice of occupational therapists

Intervención temprana en Brasil y la práctica de los terapeutas ocupacionales

Patricia Carla de Souza Della Barba

Terapeuta ocupacional. Docente Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. São Carlos, Brasil.
patriciadellabarba@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto expõe uma breve problematização sobre a temática da Intervenção Precoce (IP) em sua conjuntura atual, tanto no cenário nacional quanto internacional, e a atuação de terapeutas ocupacionais nesse contexto. Aborda, inicialmente, a questão da terminologia utilizada em documentos (estimulação precoce ou Intervenção Precoce?) e sua repercussão para as políticas; apresenta alguns destaques das diretrizes mais debatidas, por ocasião do Congresso Internacional de Intervenção Precoce, realizado em junho de 2016, na Suécia, em contraponto com o cenário encontrado no Brasil, e, finalmente, aborda como a prática da Terapia Ocupacional tem ocorrido no panorama da IP no Brasil.

Palavras-chave: Intervenção Precoce; Prática; Terapia Ocupacional.

Abstract

The present text brings a brief problematization on the theme of Early Intervention (EI) in its current conjuncture, both in the national and international scenario and the work of occupational therapists in this context. Initially address the issue of terminology used in documents (early stimulation or early intervention?) and its repercussion for policies; it presents some highlights of the most debated guidelines at the International Congress of Early Intervention, held in June 2016 in Sweden, in counterpoint to the scenario found in Brazil and finally addresses how the practice of Occupational Therapy has occurred in current overview of EI in Brazil.

Keywords: Early Intervention; Practice; Occupational therapy

Resumen

El presente texto trae una breve problematización sobre la temática de la Intervención Temprana (IP) en su coyuntura actual, tanto en el escenario nacional como internacional y la actuación de terapeutas ocupacionales en ese contexto. Aborda inicialmente la cuestión de la terminología utilizada en documentos (estimulación precoz o Intervención Temprana?) Y su repercusión para las políticas; presenta algunos destaques de las directrices más debatidas con ocasión del Congreso Internacional de Intervención Temprana, realizado en junio de 2016, en Suecia, en contraposición con el escenario encontrado en Brasil y finalmente aborda cómo la práctica de la Terapia Ocupacional ha ocurrido en el panorama de la IP en Brasil .

Palabras clave: Intervención temprana; Práctica; Terapia ocupacional.

1 INTRODUÇÃO

A Intervenção Precoce (IP) é uma estratégia fundamental para prevenção, identificação e intervenção, diante de situações que possam oferecer riscos ao desenvolvimento típico na infância.

O conceito de IP tem evoluído rapidamente nos últimos 20 anos, tendo sido colocada em discussão a abordagem tradicional, baseada na aplicação de procedimentos de reabilitação focados nos déficits das crianças.

Nesse sentido, muitas recomendações têm sido realizadas com objetivo de se desenvolverem melhores práticas, baseadas em elementos que valorizem o contexto natural de aprendizagem das crianças, o protagonismo das famílias nas tomadas de decisões quanto aos caminhos da intervenção e a inserção de elementos como as ocupações infantis e as familiares nas estratégias de intervenção.

No entanto, no Brasil, embora seja encontrada quantidade razoável de publicações acerca da temática da Intervenção Precoce, a maioria dos estudos traz uma predominância de práticas voltadas às problemáticas ou déficits das crianças, com intervenções de cunho apenas reabilitativo.

Nesse contexto, o presente artigo pretende trazer uma contribuição para a reflexão acerca da temática da Intervenção Precoce (IP) em sua conjuntura atual, tanto no cenário nacional quanto internacional, e a atuação da Terapia Ocupacional nesse contexto.

Pretende-se discutir, inicialmente, a questão da terminologia utilizada em documentos nacionais, que colocam como sinônimos os termos estimulação precoce e Intervenção Precoce; em seguida, pretende-se expor algumas das diretrizes mais debatidas, por ocasião do Congresso Internacional de Intervenção Precoce, realizado em junho de 2016, na cidade de Estocolmo, Suécia, e promovido pela ISEI (*International Society on Early Intervention*), fazendo um contraponto com o cenário encontrado no Brasil. Finalmente, apresenta uma reflexão sobre a prática da Terapia Ocupacional no contexto da Intervenção Precoce no Brasil, com a sugestão de elementos que possam rever suas competências/potencialidades para atuação neste campo.

1.1 Intervenção Precoce (IP) no contexto atual, no cenário nacional e internacional

A primeira infância é um período de extrema relevância para aquisições dos marcos do desenvolvimento, assim como para a prevenção de possíveis riscos para atrasos no desenvolvimento, no qual a qualidade da sua evolução pode repercutir em curto e longo prazo. Quanto aos fatores de risco, a necessidade de se investir em recursos que sejam capazes de inibir seus efeitos com eficiência é eminente. Dessa forma, os programas de Intervenção Precoce (IP) são ferramentas fundamentais de prevenção, triagem, identificação e intervenção sob tais condições^{1,2}.

Não são recentes os termos Intervenção Precoce e Estimulação Precoce; ambos têm sido utilizados como sinônimos e carecem de definições atualizadas.

Durante uma consulta ao documento brasileiro do Ministério da Saúde, intitulado Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce, de 1996, identificou-se uma organização a partir da elaboração de um plano de intervenção individualizado, voltado *às áreas do desenvolvimento global da criança (física, motora, cognitiva, sensorio-perceptiva, linguagem e socioafetiva)*, desenvolvido com base nos resultados obtidos a partir da avaliação inicial e das observações realizadas durante os atendimentos, sendo que neste plano também deveriam constar dados relativos aos objetivos esperados³.

Após 20 anos, foi elaborado um novo documento, de forma emergencial, diante da necessidade de enfrentamento de uma situação alarmante, o crescente número de casos de recém-nascidos com sequelas decorrentes da infecção pelo Zika Vírus. Em 2016, o Ministério da Saúde lançou o documento intitulado “Diretrizes de Estimulação Precoce - Crianças de zero a três anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor decorrente de Microcefalia”, no qual a definição de estimulação precoce consiste em: “uma abordagem de caráter sistemática e sequencial, que utiliza técnicas e recursos terapêuticos capazes de estimular todos os domínios que interferem na maturação da criança, de forma a favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial, linguístico e social, evitando ou amenizando eventuais prejuízos” (p.14)⁴.

Observa-se que há pouca diferença de conteúdo nos dois documentos, ambos têm o enfoque em elementos da saúde/clínica e em técnicas de reabilitação; outros elementos fundamentais não são mencionados, como a participação familiar e a consideração dos contextos onde ocorre o desenvolvimento infantil.

Em uma revisão de literatura nacional, realizada por Marini *et al*⁵, foi encontrado que:

As práticas e os modelos de IP parecem desenvolver-se exclusivamente aliados ao setor da saúde, com forte prevalência de práticas voltadas à estimulação de habilidades, por meio do emprego de abordagens clínicas, estruturadas a partir de um modelo reabilitativo de cuidado e com enfoque centrado na criança. Tais características, associadas à notável escassez de literatura sobre a temática e à divergência conceitual existente, apontam para a necessidade de um esforço nacional para a atualização profissional e para a adoção de práticas que se aproximem daquelas recomendadas e reconhecidas como boas práticas pela literatura internacional (p.7)⁵.

Em continuidade ao estudo de 2017, as autoras ampliaram a revisão de literatura e, em 2018, identificaram os referenciais adotados para definição de IP e as práticas descritas pelos pesquisadores, concluindo que as análises na revisão de literatura apresentam algumas incoerências, como: as práticas de Intervenção Precoce descritas são incompatíveis com os modelos teóricos que as embasam; os termos são utilizados como se fossem atuais/modernos, embora revelem uma prática cristalizada como reabilitacional, em que o déficit é colocado na pessoa, nas características individuais da criança; as práticas descritas se baseiam em uma visão multissetorial e compartimentada, sendo as famílias submetidas a treinamentos e orientações, muitas vezes, descontextualizadas e distantes de suas necessidades⁶.

Mesmo diante de um cenário de insuficiente fundamentação teórica, defende-se o emprego do termo Intervenção Precoce, uma vez que as ações desenvolvidas neste campo objetivam não somente estimular funções da criança, mas alterar para melhor o seu curso de desenvolvimento, empregando, para tanto, diferentes estratégias que envolvem sua família, sua comunidade e até mesmo as políticas públicas.

No que se refere a políticas públicas para a infância (tema que merece destaque, mas é impossível de ser abordado no presente texto, devido à sua complexidade), encontram-se no cenário brasileiro portarias e decretos advindos de variados setores, os quais abordam as questões relacionadas à criança, de forma compartimentada, com, praticamente, nenhuma perspectiva de intersectorialidade, como, por exemplo, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito do SUS e a Estratégia brasileiras e brasileiros saudáveis, ambos do Ministério da Saúde.

Destaca-se, neste momento, apenas a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, estabelecida sob o nome de Marco Legal da Primeira Infância, que pressupõe a ampliação dos programas, serviços e iniciativas, bem como a reformulação dos já existentes, com vistas à promoção do desenvolvimento integral da criança. Dessa maneira, aponta para a necessidade de transformação da perspectiva de cuidado e garantia de direitos das crianças na faixa etária

de zero a seis anos⁷. A lei pode ser um avanço, mas para isso ocorrer, é fundamental que os serviços, as equipes e os gestores se preparem para efetivar mudanças em suas práticas, bem como se disponham a adotar novos referenciais advindos de estudos, tanto nacionais como internacionais.

Têm-se encontrado muitos estudos realizados no âmbito da Intervenção Precoce fora do Brasil, principalmente nos Estados e na Europa (com destaque para Portugal). Consequentemente, outros referenciais teóricos têm chegado ao Brasil, principalmente os que ampliam os conceitos de desenvolvimento infantil para além das questões dos componentes de desempenho e fatores biológicos.

Assim, outras definições de IP, trazidas do cenário internacional, têm considerado mais do que as características da criança e do tratamento ou resultados esperados, abrangendo outros fatores envolvidos no desenvolvimento, como a influência do contexto familiar, extrafamiliar e o apoio social.

Por exemplo, Dunst e Espe-Sherwindt⁸ definem Intervenção Precoce como:

Uma prestação de apoios (e recursos) às famílias com crianças pequenas por parte das redes de apoio formal e informal, de forma a capacitar, influenciar e melhorar de forma direta e indireta o comportamento e funcionamento dos pais, da família e da criança (p7.)⁸

852

Na perspectiva desses autores, a Intervenção Precoce pode ser conceituada como uma agregação dos diversos tipos de ajuda, assistência e serviços que são prestados às famílias, por indivíduos e grupos. Diante disso, constata-se ausência de consenso entre os termos Intervenção Precoce e estimulação precoce, pois estes têm sido usados no Brasil como sinônimos, mesmo em documentos utilizados como referência para programas, como é o caso das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce^{3,4}. Esta constatação demonstra a necessidade de maior discussão sobre o emprego dos termos, bem como um aprofundamento em referenciais teóricos para subsidiar tais definições.

Observa-se que a adoção da expressão “Estimulação Precoce” é justificada a partir da derivação da tradução de termos das línguas inglesa e espanhola, como “*Early Stimulation*” e “*Estimulación Temprana*”, sendo considerada a “mais adequada para esses fins” (Brasil³, p. 11). Entretanto, ainda não há concordância entre os autores sobre os termos, baseado em que, de certa maneira, a “Intervenção” deveria se dar a tempo de prevenir alterações no desenvolvimento, e o termo “precoce” não seria, então, adequado.

No cenário internacional, principalmente na Europa e Estados Unidos, tem-se um panorama diferente do brasileiro, acerca das ações do monitoramento do desenvolvimento infantil, pois as legislações de IP evoluíram em consonância com os avanços do conhecimento científico na área, produzindo efeitos positivos sobre a prestação dos serviços⁶. O termo Intervenção Precoce, usado com iniciais maiúsculas, envolve um sistema amplo com fluxo determinado, que vai desde a identificação de riscos, o monitoramento do desenvolvimento, incluindo também procedimentos de estimulação da criança, com forte ênfase no apoio e participação das famílias.

No Brasil, não se encontra uma legislação específica e abrangente sobre as ações direcionadas ao Desenvolvimento Infantil, o que, conseqüentemente, constitui-se como uma barreira para a implementação de práticas de IP que se aproximem daquelas recomendadas internacionalmente.

Dessa forma, com a intenção de ampliar os horizontes desta temática, apresentam-se a seguir os destaques do Congresso Internacional de Intervenção Precoce, realizado em Estocolmo, Suécia, em junho de 2016, promovido pela *International Society on Early Intervention – ISEI*, que é sediada na *University of Washington* in Seattle, Washington, U.S.A.

853

O tema principal da conferência foi *Direitos das Crianças e Intervenção Precoce*, a qual teve como meta proporcionar à comunidade internacional a visão da Intervenção Precoce como um direito básico de todas as crianças vulneráveis e suas famílias.

O ponto de partida para as discussões foi que “*o objetivo central de todo programa de Intervenção Precoce deve ser sua realização no contexto natural da criança e plena participação da família em todos os aspectos da vida da comunidade*”.

Diante desta diretriz internacional, o congresso teve uma estrutura baseada em eixos temáticos compostos por apresentações orais, conferências magnas e apresentações de pôsteres. Foram selecionados para este artigo alguns temas/diretrizes comuns à maioria dos debates:

1.1.1 Triagem simples, eficaz e sistema de acompanhamento na comunidade:

Consideram-se fundamentais para o sucesso da detecção precoce medidas de rastreio que sejam de baixo custo, válidas e confiáveis. No entanto, mesmo as melhores medidas (em

termos de propriedades psicométricas e custo) devem contar com um sistema de triagem abrangente e acompanhamento permanente que forneça suporte às famílias, que garanta a participação e acompanhamento de todas as crianças na comunidade. Esse sistema é composto por seis componentes distintos, mas ligados entre si: as metas do programa, a noção de comunidade, contato e referência, avaliação, acompanhamento e reavaliação¹. Foram apresentados muitos trabalhos sobre validação e adaptação transcultural de instrumentos, em vários países. Muitos dos instrumentos de triagem e avaliação em IP têm considerado a rotina das crianças e sua participação em contextos naturais, como a Entrevista Baseada em Rotinas, de McWilliam². O contraponto que se apresenta para o Brasil é que ainda o sistema de rastreio/monitoramento é falho ou mesmo nulo, havendo necessidade de investimentos em estudos que desenvolvam instrumentos acessíveis e confiáveis às equipes e famílias da IP. Além disso, não se dispõe de um sistema que integre ações dos setores saúde, educação, assistência social e comunidade, voltadas às crianças público-alvo da IP.

1.1.2 A equipe de IP bem treinada:

A presença de uma força de trabalho bem treinada para atender às diversas necessidades dos bebês, crianças, jovens e suas famílias é uma variável crítica que pode influenciar na qualidade da Intervenção Precoce na infância. Têm sido estudadas as competências necessárias da equipe profissional interdisciplinar, bem como as metodologias de aprendizagem baseadas em evidências para os adultos, tendo a Universidade como base e responsável pela formação de pessoal e educação continuada de equipes e famílias, utilizando uma variedade de ações, tanto em domicílios como em ambientes inclusivos de Intervenção Precoce. Foram apresentados resultados de importantes estudos, abordando trabalhos em grupos/parceria entre pais e educadores, e também a efetividade das equipes transdisciplinares. Em relação a este ponto, há no Brasil um contato restrito entre a universidade, a comunidade e a prática profissional, embora haja diversos centros e grupos de pesquisa de excelência na área de desenvolvimento infantil e famílias⁹. Dessa maneira, vislumbra-se a necessidade de compartilhar os conhecimentos/estudos/projetos de extensão produzidos no âmbito da universidade, os quais sejam acessíveis aos profissionais das equipes de IP. Ainda nesta direção, percebe-se uma escassa reflexão sobre os formatos de capacitações oferecidas aos profissionais, realmente atendem às suas necessidades? E ainda, a formação de equipes multidisciplinares tem resultados efetivos no trabalho de IP?

1.1.3 As mudanças no público-alvo da IP:

Na última década, os profissionais de Intervenção Precoce, consistentemente, têm relatado mudanças na população de crianças com deficiência. No referido congresso, foi utilizado amplamente o termo 'necessidades complexas' para se referir a um conjunto de mudanças significativas que descreve uma nova geração de crianças, com um perfil de necessidades frequentemente relacionadas a bases causais, por exemplo, álcool, prematuridade, abuso de drogas, intervenções médicas ou síndromes raras (no Brasil, particularmente, há uma séria questão do aumento de casos de microcefalia relacionada ao Zika vírus, e as inúmeras situações de vulnerabilidade das famílias). Trazendo esta perspectiva para o Brasil, pode-se questionar: o que isso significa para o campo de Intervenção Precoce? Quais são as implicações para a concepção de serviços? Tem-se feito essa discussão de forma suficiente, trazendo a problemática das famílias vulneráveis para o centro da atenção nas formações técnico-profissionais? Tem-se refletido sobre a adequação dos serviços às realidades das famílias que são público-alvo da IP? Se realmente deseja-se melhorar o desenvolvimento de jovens e crianças com necessidades complexas, devem-se considerar as transformações que ocorrem na Intervenção Precoce e na prática de prestação de serviços, instrumentalizando as equipes para esta mudança.

855

1.1.4 Contribuições da Ciência do Desenvolvimento para o campo da Intervenção Precoce:

Avanços significativos ocorrem quando tanto as descobertas de ciência do desenvolvimento quanto da intervenção podem orientar a prática para formar uma base capaz de aumentar a eficácia da investigação em Intervenção Precoce e prática em ambientes comunitários. Identifica-se, no Brasil, a necessidade de aproximação de novos referenciais teóricos, a maioria deles internacionais, aos estudos e práticas sobre a IP.. Grupos de pesquisa neste campo têm se debruçado nesta tarefa, e a expectativa é que, brevemente, estudos nacionais sejam divulgados⁹.

1.1.5 Repensando parcerias entre profissionais e pais: o que os pais estão dispostos e capazes de fazer

A Intervenção Precoce na Infância é confrontada com novos desafios no início do século 21.

Mudanças nos padrões de necessidades educacionais especiais e crescentes preocupações com a saúde mental dos pais estão entre os fatores que poderiam pressionar os profissionais a ampliar suas abordagens metodológicas no sentido de interações e intervenções complexas. Além disso, em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento as situações de vida das famílias estão mudando significativamente, em virtude das exigências do trabalho, mudanças econômicas, tornando-se difícil estabelecer modelos de parceria. Estudos têm mostrado que nem tudo se encaixa para todas as famílias. Foram apresentados estudos mostrando a efetividade de programas de visitas domiciliares de qualidade e o engajamento dos pais nas orientações realizadas nesse contexto. Trazendo esta discussão para o Brasil, identifica-se a necessidade de repensar como as equipes têm se dirigido às famílias, qual o pensamento atual sobre os modelos de parceria e o que se pode aprender com as respostas dadas (*feedback*) pelas famílias. A literatura brasileira encontra-se incipiente quanto a relatos de resultados de programas de intervenção ou monitoramento do desenvolvimento por meio de visitas domiciliares, embora se tenha uma estrutura para tal (por exemplo, a Estratégia de Saúde da Família).

856

Diante dos temas destacados, é fundamental refletir sobre o momento da Intervenção Precoce no Brasil e o papel das equipes, especialmente do terapeuta ocupacional.

Como apresentado, encontra-se um cenário desconectado entre as ações e pesquisas na área de IP que são realizadas no Brasil e as internacionais. Diante disso, considera-se a importância de pautar a discussão sobre a estrutura dos serviços, composições e abordagens das equipes de Intervenção Precoce, especialmente a atuação da Terapia Ocupacional neste campo.

De acordo com Serrano¹⁰, as práticas de IP incorporam uma variedade de serviços profissionais provenientes de muitas áreas disciplinares e orientações teóricas para responder às diferentes necessidades e complexidade dos problemas que afetam as crianças em risco ou com necessidades especiais e suas famílias.

Mesmo levando em conta a importância do compartilhamento de saberes em prol de um objetivo comum voltado às crianças e famílias na IP, identifica-se a necessidade de delinear a especificidade da Terapia Ocupacional no âmbito da IP.

2. A PRÁTICA DA TERAPIA OCUPACIONAL NO PANORAMA DA INTERVENÇÃO PRECOCE NO BRASIL

Tem-se constatado que o terapeuta ocupacional é um profissional competente para compor equipes de Intervenção Precoce, por seu vasto conhecimento em aspectos do desenvolvimento humano e infantil, relacionais, educacionais, recursos terapêuticos, criatividade, entre outros. Entretanto, não são claras as ações específicas deste profissional e, muitas vezes, estas são citadas como comuns a outros profissionais da equipe. Como um exemplo recente, em um curso sobre estimulação precoce oferecido às equipes de saúde pelo Ministério da Saúde, baseado nas Diretrizes de Estimulação Precoce de 2016, por ocasião do aumento de casos de microcefalia associada ao Zika vírus, as temáticas ministradas por terapeutas ocupacionais foram bastante reduzidas e envolveram funções manuais, estimulação visual e tecnologias assistivas, áreas que também são interdisciplinares.

Estudos¹¹ têm comprovado que profissionais inseridos em equipes de IP, incluindo os terapeutas ocupacionais, reproduzem as técnicas e procedimentos advindos de uma formação mecanicista, baseada em corrigir déficits nas crianças. Fundamentam-se em múltiplos processos formativos, em trocas de experiências com outros profissionais e em resultados de práticas desenvolvidas anteriormente, sendo que os elementos informais de capacitação acabam se destacando em comparação à qualificação formal^{11, 6}.

As contribuições advindas da psicologia do desenvolvimento são incontestáveis no que se refere às fases e estágios do desenvolvimento infantil, às aquisições correspondentes a cada faixa etária e ao conhecimento do desenvolvimento típico que possibilita o reconhecimento dos riscos e/ou de quadros de desenvolvimento atípico. Tal arcabouço vem subsidiando o planejamento de estratégias de intervenção na formação de terapeutas ocupacionais. Entretanto, abordam, quase exclusivamente, domínios que podem ser considerados componentes de desempenho (como por exemplo, os componentes cognitivos, motores e sociais)¹¹.

Porém, a participação em ocupações não é abarcada pelas teorias da psicologia do desenvolvimento e é considerada um elemento essencial ao se pensar na intervenção junto a crianças e famílias. O desempenho ocupacional traduz o contexto em que as diversas atividades são aprendidas e realizadas; e por meio do envolvimento individualizado e

intencional nas ocupações se desenvolvem rotinas, hábitos, desempenhos e habilidades que promovem a saúde e o bem-estar¹².

A ocupação representa um domínio específico do comportamento humano, trazendo e/ou reafirmando o sentido da vida de uma pessoa. As crianças, assim como os adultos, organizam seu cotidiano a partir do engajamento em ocupações, como o sono, alimentação, banho, educação, cuidados com a saúde e atividades sociais, lazer e brincar. Em relação a este último, observa-se o envolvimento da criança em habilidades cada vez mais complexas ao longo do seu desenvolvimento, o que pode produzir aquisições neuropsicomotoras que favorecem o engajamento ocupacional no brincar¹³.

De acordo com Muhlenhaupt *et al*¹⁴, a população atendida pelos terapeutas ocupacionais na área de pediatria e de Intervenção Precoce, geralmente, é a que apresenta risco de atraso no desenvolvimento ou deficiências, bem como suas famílias, cuidadores, educadores e outros profissionais que oferecem apoio à criança e família.

Segundo o mesmo autor, a Terapia Ocupacional procura auxiliar as pessoas em casa, na escola, no trabalho, na comunidade, em cuidados de saúde e outras conformações, para ajudá-las a realizar metas individuais e familiares. Dessa maneira, terapeutas ocupacionais são profissionais de apoio às famílias, para que estas possam ser facilitadoras do desempenho ocupacional das crianças em seus ambientes naturais.

O estudo sobre as ocupações infantis pode ser um grande diferencial ao conhecimento que o terapeuta ocupacional pode trazer para o campo da Intervenção Precoce. Entretanto, no Brasil, a pesquisa neste campo ainda é incipiente e carece de maior investimento.

Ao se envolver de forma intencional nas ocupações, as crianças desenvolvem rotinas, hábitos, desempenhos e habilidades que podem promover saúde e bem-estar. A Terapia Ocupacional pode auxiliar a criança alvo da Intervenção Precoce a se envolver em ocupações em todos os contextos naturais: casa, escola, comunidade, nos cuidados de saúde e outras configurações, de maneira a ajudá-la a realizar metas individuais e familiares¹⁴.

A aprendizagem em contextos naturais, baseada em ocupações cotidianas, também deve fazer parte das estratégias de atuação do terapeuta ocupacional na IP, pois esta é uma característica das perspectivas desenvolvimentais que consideram o ambiente como variável importante no processo de desenvolvimento humano. Da mesma forma, a valorização do protagonismo da família nas ações que envolvem a criança alvo do processo deve ser considerada e efetivada.

A partir dessa releitura, ressalta-se que os terapeutas ocupacionais são importantes profissionais de apoio às famílias em processo de IP, para que estas possam ser facilitadoras do desempenho ocupacional das crianças em seus ambientes naturais.

Com base nesta compreensão da especificidade da Terapia Ocupacional, é importante refletir sobre a concepção de desenvolvimento infantil adotada nas práticas profissionais dos terapeutas ocupacionais na IP. Considera-se que há pouca apropriação dos referenciais e teorias adotados internacionalmente pelos terapeutas ocupacionais para que possam desenvolver práticas compreendidas no escopo da IP.

Acredita-se que este é um momento apropriado para se questionar as práticas tradicionalmente utilizadas pelos terapeutas ocupacionais no contexto da IP, de modo a não mais reproduzir os modelos de reabilitação tradicionais e expandir sua prática diante da possibilidade de acesso a outros referenciais teóricos, nos campos das teorias de desenvolvimento e da própria Terapia Ocupacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

859

Diante do exposto, observa-se a necessidade de ampliar a discussão sobre as ações e pesquisas no campo da Intervenção Precoce. Nota-se escassa publicação nacional sobre a necessidade de uniformização da terminologia utilizada nos documentos nacionais, sendo que em outros países os movimentos de mudança ocorreram em consonância entre a produção de conhecimento e ações de caráter empírico. O modelo de IP com enfoque na deficiência da criança é predominante no Brasil, e isto se reflete na prática dos terapeutas ocupacionais, fato que em outros países este é ampliado para uma visão de construção de capacidades, consideração das necessidades familiares e ações baseadas nas rotinas, no contexto natural e nas ocupações desenvolvidas pelas pessoas.

Alguns pontos importantes são valorizados nos trabalhos internacionais, mas no Brasil encontram-se defasados, entre eles: ações de IP não têm abordagem interdisciplinar e integrada entre os serviços; existe uma carência de contato entre a universidade, a comunidade e a prática profissional das equipes de IP para compartilhamento de conhecimentos; há necessidade de adequação dos serviços às realidades das famílias que são público-alvo da IP, bem como instrumentalização das equipes; e ainda, necessidade de se

incorporar novos referenciais teóricos, a maioria deles internacionais, aos estudos e práticas sobre a IP no Brasil.

E, finalmente, no bojo dessa discussão, ressalta-se a necessidade de apropriação destes elementos pelo terapeuta ocupacional que atua nas equipes de IP, pois a profissão tem em sua essência elementos fundamentais para uma prática em IP mais ampliada do que a que se tem presenciado, como os modelos de parceria, o que se pode aprender com as respostas das famílias e o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e as ocupações infantis.

Referências

1. Guralnick MJ. **Family influences on early development: Integrating the science of normative development, risk and disability, and intervention.** In: McCartney, K., Phillips, D. (editors). Blackwell handbook of early childhood Development. Oxford: Blackwell Publishers; 2006: 44-61.
2. Serrano AM. **Redes Sociais de Apoio e a sua Relevância para a Intervenção Precoce.** Porto. Porto Editora; 2007.
3. Brasil Ministério da Justiça – Secretaria dos Direitos da Cidadania – **Estimulação Precoce: Serviços, Programas e Currículos.** 3 ed. Brasília; 1996.
4. Brasil Ministério da Saúde. **Diretrizes de estimulação precoce: Crianças de zero a 3 anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor Decorrente de Microcefalia.** Brasília; 2016.
5. Marini BPR; Lourenço MC; Della Barba PCS. **Revisão sistemática integrativa da literatura sobre modelos e práticas de Intervenção Precoce no Brasil.** Revista Paulista de Pediatria [online]. 2017; 35(4): 456-463.
6. Marini BPR; Lourenço M; Della Barba; PCS. **A perspectiva brasileira das ações de Intervenção Precoce na Infância.** In: Fuertes, M, Nunes, C, Lino, D, Almeida, T (org.) Teoria, prática e investigação em Intervenção Precoce. Lisboa. Cied. 2018: 27-49.
7. Brasil. **Lei 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012; 2016b. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113257.htm
8. Dunst C J; Espe-Sherwindt M. **Family-Centered Practices in Early Childhood Intervention.** In Handbook of early childhood special education. Springer International Publishing. 2016; 37-55.

9. Nucci L V; Nunes AC; Marini BR; Folha DC; Ramos MM; Della Barba; PCS. **A produção de conhecimento em terapia ocupacional na perspectiva da atenção integral à criança.** Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro. 2017; 1 (5): 693-703.
10. Serrano A M. **Projecto-Piloto de Investigação-Ação em Intervenção Precoce na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação.** Revista Diversidades. 2010; julho-setembro; 29: 4 – 27.
11. Marini BPR. **As práticas de Intervenção Precoce no estado de São Paulo.** [Dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2017.
12. Nunes AC; Folha DC; Marini BR; Della Barba; PCS. **A promoção do desempenho ocupacional de crianças em contextos naturais.** Capítulo de livro; 2018. No prelo
13. Nunes AF; Figueiredo MO; Della Barba PCS; Emmel MLG. **Retratos do cotidiano de meninos de cinco e seis anos: a atividade de brincar.** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. 2013; 21 (2):275-287.
14. Muhlenhaupt M; Pizur-Barnekow K; Scheffkind S.; Chandler B; Harvison N. **Occupational Therapy Contributions in Early Intervention: Implications for Personnel Preparation and Interprofessional Practice.** Infants and Young Children. 2015; 28 (2): 123-132.

* Parte deste texto foi apresentado na mesa redonda “Práticas e resultados na atuação precoce à criança com deficiência e TEA”, do 5º Simpósio de Terapia Ocupacional da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp de Marília, em agosto de 2016.

Submetido em: 06/01/2018

Aceito em: 27/06/2018

Publicado em: 31/10/2018